



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	Reforma no sistema de inteligência argelino: uma análise política
<b>Autor</b>	MARIANA FALCAO CHAISE
<b>Orientador</b>	MARCO AURELIO CHAVES CEPIK

O objetivo deste trabalho é examinar as mudanças anunciadas e implementadas nas agências integrantes do serviço de inteligência argelino, dentro de um contexto amplo de reformas, e as implicações da reorganização do *Département du Renseignement et de la Sécurité* (DRS) para a estrutura de poder nacional. O enclave militar desempenhou um papel central na construção do Estado na Argélia durante a Guerra de Independência (1954 – 1962). Através da fachada democrática assumida pelo país na sua primeira constituição (1963), os militares exerceram influência por meio de diversas formas de controle político, algumas delas cobertas ou não institucionalizadas, tal qual o serviço de inteligência, altamente autônomo em relação ao governo central e com alta penetrabilidade na sociedade argelina. As reformas na estrutura militar foram iniciadas no ano 2000 com o presidente Bouteflika; a postergação da reestruturação do serviço de inteligência, entretanto, permitiu a manutenção de um importante locus de poder para os militares, fato este passível de ser superado apenas em 2013 -quando significativas mudanças foram anunciadas-, processo este que se encontra ainda em curso. Em nível metodológico, procedeu-se à análise de documentos oficiais, material midiático, assim como à revisão bibliográfica selecionada. Também como recurso, a Análise de Redes permitiu o desenvolvimento de índices, a fim de mensurar atributos estruturais do serviço de inteligência da Argélia antes e após as mudanças. Como resultado parcial, é possível observar que a estrutura resultante dos esforços do presidente Bouteflika vê retirada da órbita do DRS (e subordinada a ministérios civis) suas agências vitais que possuem maior penetração nas instituições políticas e na sociedade civil (como a *Direction de la Sécurité Intérieure* – DSI), e dissolvidas ou esvaziadas de suas prerrogativas as agências cujos mecanismos permitiam que os militares atuassem politicamente (como o *Centre de Communication et de Diffusion* – CCD- e o *Service Central de Police Judiciaire* – SCPJ) possibilitando o confinamento do DRS à matéria de segurança. A possível redução de sua influência no processo político alteraria a estrutura de poder nacional em prol do executivo e eliminaria uma situação de poder paralelo repetidamente apontada. É necessário considerar, porém, que tais alterações não parecem visar uma democratização da função de inteligência, tal qual se observa em reformas cognatas; antes sim, buscam cercar o presidente de maior capacidade de exercer poder e de promover seu projeto de desenvolvimento sem esbarrar na grande influência política do DRS.